

RUI RIO NO 25.º CONGRESSO DA JSD



“Se houvesse um milagre económico como diz o Governo, seria possível repor o poder de compra dos salários”



pág. 2

PRESIDENTE

CONSELHO ESTRATÉGICO NACIONAL CONCILIAR O SABER COM A JUVENTUDE

Rui Rio apresentou os 32 nomes que fazem parte do Conselho Estratégico Nacional (CEN), um espaço inédito de militância que PSD apresenta a Portugal. São 16 coordenadores e 16 porta-vozes de reconhecido mérito, oriundos do PSD e da sociedade civil



pág. 7

PRESIDENTE

“MÁ GESTÃO” DO GOVERNO AGRAVA CUIDADOS DE SAÚDE

O PSD está preocupado com o agravamento dos problemas da Saúde em Portugal. Durante esta semana, Rui Rio tem estado a alertar o País para a falta de profissionais, a ausência de investimento em equipamentos e o agravamento das dívidas no setor



pág. 14

LOCAIS

PSD/GAIA QUER CONHECER ENCARGOS DA NOVA PONTE SOBRE O DOURO

O PSD de Vila Nova de Gaia exige informações detalhadas dos “verdadeiros encargos da obra” e “soluções de acesso”, sobre a nova travessia sobre o rio Douro, anunciada na quinta-feira



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

A "LINHA VERMELHA" DA GUERRA NA SÍRIA

Celebram-se este ano, os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, documento proclamado pela Organização das Nações Unidas. O século XX, ou a "era dos extremos", na pertinente expressão de Eric Hobsbawm, deixou um rasto tenebroso do génio humano – basta pensar nos efeitos da barbárie de duas guerras mundiais. A Declaração vem dotar o mundo, e o conselho das nações, de uma "Magna Charta" universal cujo vértice é a dignidade da pessoa humana.

A guerra civil na Síria é um abalo às nossas consciências. É impossível ficarmos indiferentes a um conflito que soma cerca de 400 mil vítimas mortais, sobretudo gente em situação vulnerável, como crianças, mulheres e idosos, que incapacitou 1,5 milhões de pessoas e provocou 5 milhões de refugiados.

Há quem prefira concentrar-se na natureza de um conflito que expõe o jogo de "geopoderes" no pós-guerra fria – de um lado os Estados Unidos, os países da NATO e a Arábia Saudita, e do outro, a Rússia, o Irão e o Líbano, que apoiam o regime sírio. A guerra na Síria é a repetição dos piores pesadelos da nossa espécie, que constrói túneis debaixo de oceanos e já levou o homem à Lua.

Como assinalou o presidente da Comissão de Relações Internacionais do PSD, Tiago Moreira de Sá, «o uso de armas químicas é uma linha vermelha que não pode ser ultrapassada sem uma resposta que dissuada o Estado infrator de repetir esse tipo de prática». Esta posição, sólida e coerente do PSD, é sufragada pelo Dr. Rui Rio e coloca no centro da ação política o ADN social-democrata, qual seja a defesa dos direitos humanos, da liberdade e da tolerância.

O que diz o PSD nesta matéria? O PSD condena "veementemente os ataques químicos contra civis"; afirma "que o uso de armas químicas representa mais uma inaceitável violação do direito internacional pelo regime sírio"; considera que "a posição de que o conflito sírio só terá uma solução política"; a solução de bombardear determinados alvos "só podia ser desencadeada por uma ação assertiva e determinada de Estados que, como Portugal, respeitam as normas, regras, leis e instituições da ordem internacional".

Contrariamente, a maioria contranatura que se une à esquerda, divide-se quando na ordem do dia, estão os direitos humanos. O PCP e o BE gostam de exibir leis, constituições e tratados quando lhes convém, mas são hipócritas, cúmplices e amnésicos quando se trata de comentar a política externa e de apontar o dedo aos países alinhados com os seus interesses ideológicos. A extrema esquerda, que grita "Je suis Charlie" não consegue sequer balbuciar um "Je suis Damasco, Ghouta ou Aleppo"?

Para o PSD, não há exceção nos direitos humanos, seja na Venezuela, na Coreia do Norte ou na Síria. São referências absolutas, intemporais, imutáveis e sobrepõem-se a qualquer ordem jurídica, deixando de fazer sentido a doutrina do "domestic affair" – que afasta qualquer ingerência dos Estados nas políticas internas, mesmo quando está em causa a violação dos direitos fundamentais. O bombardeamento de instalações de fabrico e armazenamento de armas químicas na Síria, levado a cabo pelos Estados Unidos, o Reino Unido e a França, foi um ato adequado, necessário e proporcional.

Destruir uma cidade é mais simples do que matar o direito de um povo a viver em paz e em liberdade. A família Assad deve ser julgada por crimes contra a humanidade que são, como sabemos, imprescritíveis (40 anos de poder oligárquico autocrático e 7 anos de atrocidades com armas perversas contra populações indefesas). De que servirão os direitos humanos se já não houver povo sírio?

Conselho Estratégico Nacional

CONCILIAR COM A JUVENTUDE



Rui Rio apresentou, na quinta-feira, 12 de abril, os 32 nomes que fazem parte do Conselho Estratégico Nacional (CEN), um espaço inédito de militância que PSD apresenta a Portugal. São 16 coordenadores e 16 porta-vozes de reconhecido mérito, oriundos do PSD e da sociedade civil. A primeira reunião do CEN terá lugar no dia 21 de abril em Coimbra.

O CEN é Na apresentação do CEN, Rui Rio explicou que "conciliar a experiência acumulada" com a juventude significa extrair o que há de melhor entre gerações diferentes. A sociedade constrói-se, friso o presidente do PSD, "no equilíbrio destes dois fatores": aqueles que têm "mais experiência e mais currículo" (os coordenadores) e aqueles com perfil "mais jovem e mais disposto para o combate político direto" (os porta-vozes).

O CEN irá acompanhar os temas da atualidade e ao mesmo tempo produzir reflexão do ponto de vista estrutural nas seguintes áreas setoriais: Assuntos Europeus; Relações Externas; Finanças Públicas; Reforma do Estado, Autonomias e Descentralização; Defesa Nacional; Justiça, Cidadania e Igualdade; Segurança Interna e Proteção Civil; Agricultura, Alimentação e Florestas; Infraestruturas e Coesão do Território; Ambiente, Energia e Natureza; Economia, Trabalho e Inovação; Saúde; Solidariedade e Sociedade de Bem-Estar; Educação, Cultura, Juventude e Desporto; Ensino Superior, Ciência e Tecnologia; e Assuntos do Mar.

Numa lógica de coesão territorial e de descentralização, as

R O SABER VENTUDE



diferentes secções temáticas estarão distribuídas por todo o País: duas terão sede em Coimbra (Reforma do Estado e Justiça), duas no Porto (Infraestruturas e Solidariedade), uma em Viseu (Agricultura, Alimentação e Florestas) e uma em Aveiro (Ambiente, Energia e Natureza), e as restantes em Lisboa (as Finanças Públicas estarão repartidas entre a capital e o Porto).

Em termos de funcionamento, Rui Rio sublinhou que o maior entrosamento terá de ser entre o coordenador nacional e as distritais de cada área temática, bem como entre a cúpula deste órgão e o presidente do PSD.

O CEN é coadjuvado por uma Comissão Consultiva e por uma Comissão Permanente. A reflexão e o trabalho produzidos pelo CEN (relatórios, propostas e recomendações) farão parte do programa a apresentar às eleições legislativas de 2019. O coordenador geral do CEN é o Prof. David Justino.

CEN

CONSELHO ESTRATÉGICO
NACIONAL

COMPOSIÇÃO DO CEN

ASSUNTOS EUROPEUS

Coordenador: **Isabel Meirelles**
Porta-voz: **Mara Ribeiro Duarte**

RELAÇÕES EXTERNAS

Coordenador: **Tiago Moreira de Sá**
Porta-voz: **Diana Soller**

FINANÇAS PÚBLICAS

Coordenador: **Álvaro Almeida**
Porta-voz: **Joaquim Sarmento**

REFORMA DO ESTADO, AUTONOMIAS E DESCENTRALIZAÇÃO

Coordenador: **Álvaro Amaro**
Porta-voz: **João Paulo Barbosa de Melo**

DEFESA NACIONAL

Coordenador: **Ângelo Correia**
Porta-voz: **Jorge Neto**

JUSTIÇA, CIDADANIA E IGUALDADE

Coordenador: **Licínio Lopes Martins**
Porta-voz: **Mónica Quintela**

SEGURANÇA INTERNA E PROTEÇÃO CIVIL

Coordenador: **José Matos Correia**
Porta-voz: **José Manuel Moura**

AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO E FLORESTAS

Coordenador: **Arlindo Cunha**
Porta-voz: **João Paulo Gouveia**

INFRAESTRUTURAS E COESÃO DO TERRITÓRIO

Coordenador: **Falcão e Cunha**
Porta-voz: **Vladimiro Feliz**

AMBIENTE, ENERGIA E NATUREZA

Coordenador: **Ana Isabel Miranda**
Porta-voz: **Salvador Malheiro**

ECONOMIA, TRABALHO E INOVAÇÃO

Coordenador: **Rui Vinhas da Silva**
Porta-voz: **Luís Todo Bom**

SAÚDE

Coordenador: **Luís Filipe Pereira**
Porta-voz: **Ricardo Baptista Leite**

SOLIDARIEDADE E SOCIEDADE DE BEM-ESTAR

Coordenador: **Silva Peneda**
Porta-voz: **António Tavares**

EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

Coordenador: **David Justino**
Porta-voz: **Cláudia André**

ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Coordenador: **Maria da Graça Carvalho**
Porta-voz: **Filipa Roseta**

ASSUNTOS DO MAR

Coordenador: **Regina Salvador**
Porta-voz: **Cristóvão Norte**

O VALOR DAS EMPRESAS

COM O
DE S

Rui Rio no Congresso da CIP

FAZER REFORMAS PARA DESENVOLVER PORTUGAL

Portugal não está a aproveitar o crescimento económico para fazer reformas estruturais. Para Rui Rio, é preciso que o poder político se credibilize, até para deixar de sucumbir aos interesses minoritários que tantas vezes se sobrepõem ao interesse maioritário. É fundamental pôr os interesses do País à frente dos interesses partidários.

"Estou aqui para tentar fazer aquilo que nunca se fez", assegurou na quarta-feira, 11 de abril, o presidente do PSD no Congresso da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, em Santa Maria da Feira.

Numa intervenção, subordinada ao tema "Portugal para lá do curto prazo", Rui Rio alertou para a necessidade de o País ultrapassar aquilo que definiu como "estrangulamentos" que existem nas áreas económica e política. Recordando erros cometidos no passado que conduziram ao excesso de endividamento, Rui Rio lembrou que os resultados que Portugal está a registar não têm, "rigorosamente, nada que ver com reformas que possam estar a ser feitas", mas com o "poder de arrasto" exercido pela economia mundial.

Rui Rio considera que "não é sustentável continuar com o poder político desacreditado perante a opinião pública", defendendo que "os partidos se deveriam entender para fazerem um conjunto alargado de reformas".

"Talvez seja uma revolução, mas uma revolução pelas reformas. Se conseguirmos fazer uma série de reformas, no quadro do sistema político e no quadro do sistema judicial, em nome do interesse nacional e não em nome do interesse partidário, penso que Portugal aspirará a conseguir ter a médio de prazo outra vez um contrato de confiança entre os portugueses e o regime", referiu.

O presidente do PSD destaca a necessidade de trabalhar para reduzir a dívida externa. "Só conseguimos isto com crescimento económico que pode ser feito através do consumo, investimento ou das exportações", afirmou, ressaltando que "não pode

ser o consumo o elemento que puxa pela economia", uma vez que se trata de um modelo "esgotado".

O líder do PSD deu especial atenção ao papel exercido pelas empresas e recordou a inatividade da atual solução governativa nesta área. "O Governo tem, aqui, um papel fundamental: agir sobre variáveis determinantes do investimento", apontou, acrescentando que "a estabilidade e a coerência das políticas seguidas são fundamentais". Manifestando-se preocupado com as taxas muito baixas de poupança, sublinhou a importância de se "cuidar de uma lógica de mais poupança, investimento e exportação".

No que ao estrangulamento político se refere, o presidente do PSD reforçou aquilo que tem vindo a defender: "É preciso que o País e os partidos estejam dispostos a conseguir acordos" em prol do interesse dos portugueses. Elencou, assim, a Segurança Social, o desenvolvimento do interior, a taxa de natalidade e o sistema educativo como áreas em que, "para o bem de Portugal, devia haver uma disposição do sistema partidário" para o diálogo, de modo a conseguir-se "aquilo que só uma maioria alargada consegue fazer".

Rui Rio reiterou que, para alcançar reformas estruturais, é necessário o entendimento entre partidos. "Se conseguirmos fazer uma série de reformas, no quadro político e judicial, Portugal pode aspirar a conseguir ter, a médio prazo, um contrato de confiança entre os portugueses e o regime".

Ao terminar a sua intervenção, o presidente do PSD alertou para a importância de se ter "consciência" dos estrangulamentos que estão a servir de entrave ao desenvolvimento. Defendeu, por isso, que deve haver "força e vontade para os ultrapassar". E assinalou: "é isso que me tenho esforçado por transmitir: a disponibilidade do maior partido e de um líder da oposição para colocar, em primeiro lugar, o interesse de Portugal". E reiterou: trata-se de "estar disponível para fazer com os outros, aquilo que só com os outros consegue ser feito".



“SE HOUVESSE UM MILAGRE ECONÓMICO COMO DIZ O GOVERNO, SERIA POSSÍVEL REPOR O PODER DE COMPRA DOS SALÁRIOS”

Rui Rio critica o Governo por anunciar um “milagre económico”, mas é incapaz de “repor o poder de compra” dos funcionários públicos. O presidente do PSD critica a ação governativa que penaliza o investimento e prima por autoelogios quando Portugal é dos países que menos cresce na União Europeia.

O presidente do PSD, que encerrava o 25.º Congresso da JSD, na Póvoa de Varzim, alerta que “os funcionários públicos vão ver, este ano, mais uma vez o seu poder de compra reduzido, por força da inflação”. Considerando que o Executivo se refere com frequência a um “milagre económico”, lembrou que se fosse “como o Governo diz, seria possível repor o poder de compra dos salários”: “Não há milagre, há uma melhoria, mas tão fraca que ainda não permite fazer aquilo que qualquer governo quer fazer que é aumentar, ou pelo menos aguentar, o poder de compra dos funcionários público”. Lembrando o dinheiro que tem sido investido na banca, perguntou: “Por que é que o Governo se recusa a dizer aos portugueses quem foram aqueles credores, hoje devedores da banca, que ficaram com o nosso dinheiro?”.

Para o líder do PSD, o aumento salarial na Função Pública “custaria 300 milhões de euros”, mas “o Estado já pôs 25 vezes mais” na banca (cerca de 7 mil milhões de euros).

Rui Rio deixou bem claro que “jamais o PSD pode defender um regresso aos erros do passado”. Numa crítica dirigida ao PCP e ao BE, e referindo “estar a favor da redução do défice público”, afirmou, contudo, discordar da “forma como o Governo o tem conseguido”: “através do aumento da receita fiscal e da carga fiscal que está implícita”. Reiterou, assim, que o equilíbrio do orçamento está a ser conseguido através do pagamento de mais impostos, “ou seja, através da via mais penalizadora para o crescimento económico”.

Sobre os autoelogios de quem governa a propósito do aumento do emprego e da descida do desemprego, o líder do PSD sublinha que a produtividade e a competitividade do País estão a baixar. “Estamos a pagar mais baixos salários; estamos a criar emprego, mas de baixo perfil”. E dirigindo-se aos jovens presentes no Congresso apontou que, ao terminarem o Ensino Superior,

“não conseguem um salário de acordo com aquilo que é a justa ambição num país que está, desde 1986, plenamente integrado na Europa”. Foi neste sentido que deixou como que um desafio: “é bom que a economia portuguesa comece a criar emprego que eleve a produtividade”.

O líder do PSD censura o Governo por “recusar dizer quem foram os credores que ficaram com o dinheiro” dos contribuintes, impedindo “melhorar a qualidade de vida das pessoas”. “Estamos a falar de um escasso número de pessoas que ficou a dever milhões e milhões à Caixa Geral de Depósitos [CGD] e ao Novo Banco [que ficou com os ativos e passivos de qualidade do BES – Banco Espírito Santo]. Nalguns casos, serão provavelmente os mesmos de um lado e de outro. Mas, se não temos capacidade para melhorar a qualidade de vida das pessoas e o poder compra dos funcionários públicos, digam, pelo menos, quem são os principais responsáveis por isso ter acontecido”, afirmou Rui Rio.

Para Rio, o Programa de Estabilidade “pinta Portugal e a economia de tintas cor-de-rosa com algum toque de vermelho”. “De acordo com as previsões do Governo, podemos ter uma certeza absoluta: se correr bem, daqui a cinco anos Portugal está mais atrasado do que hoje em relação à média comunitária”, afirmou.

Segundo Rui Rio, o crescimento de 2,3% assinalado pelo Governo não se deve a reformas realizadas, mas “ao poder de arrasto da economia mundial, que está a crescer, por mérito dos empresários e não das políticas públicas”.

Aquilo que Governo socialista fez com o IRC – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas “o contrário do que deve ser feito”. “O Governo devia baixar o IRC, até devido a um acordo feito com o PSD quando este ainda governava. Mas este Governo aumentou o IRC em 2%. Assim não pode pedir mais investimento às empresas”, notou o líder do PSD.

Esclarecendo que a subida no IRC é superior para empresas com “mais de 35 milhões de euros de lucro”, Rui Rio venceu que, com isto, o governo do PS está “a dizer às empresas que não cresçam”. “O lucro não é mau. É o lucro que faz andar a economia e paga salários”, frisou.





JSD é exemplo de liberdade contra os “interesses instalados”

Rui Rio vê a JSD como o “melhor aliado” para lutar contra os “interesses instalados”, porque a JSD é “muito mais livre do que a maior parte dos dirigentes do PSD”. A JSD, sublinhou o presidente do PSD, “não tem nenhum interesse particular”, apenas o de “servir a juventude portuguesa e de servir Portugal”.

Rui Rio recordou que o último dia em que tinha falado num congresso da JSD foi aos 29 anos, em 1986. Deixou uma palavra de solidariedade relativamente a preocupações que têm sido apontadas pelos jovens social-democratas: as rendas elevadas a que os estudantes do Ensino Superior estão sujeitos; os problemas com que estagiários se têm deparado em determinadas empresas quando lhes é pedido que devolvam o dinheiro relativo à Segurança Social; e ainda sobre o facto de não ser “correto, nem justo” que recém-formados tenham de pagar pelo reconhecimento de competências, quando o Ministério da Educação já o fez.

Assumindo-se “um defensor das organizações políticas de juventude em Portugal”, o líder do PSD caracterizou-as como “absolutamente fundamentais”, pois são “uma porta aberta para que a juventude possa entrar na política”. Felicitou Margarida Balseiro Lopes por ter sido eleita presidente da JSD. “Tem-se revelado uma deputada de primeira linha que tem um enorme potencial à sua frente”, disse.

Margarida Balseiro Lopes é a nova presidente da JSD

Margarida Balseiro Lopes, de 28 anos, é a nova presidente da Juventude Social Democrata e a primeira mulher a liderar a JSD. Na corrida à liderança para os órgãos nacionais da JSD no mandato 2018-2020 estavam André Neves e Margarida Balseiro Lopes.

Margarida Balseiro Lopes, que sucede a Simão Ribeiro, de 31 anos, líder da JSD desde dezembro de 2014, assumiu a importância do cargo. “Este é o maior desafio da minha vida.” A deputada garantiu que não deixará nunca de lutar por fazer ouvir a voz dos mais jovens. “Vezes demais as gerações mais novas são ignoradas. Não podemos permitir que sejamos sucessivamente esquecidos. Eu não vou permitir”, afirmou.

Num discurso centrado na reforma da educação e nos apoios ao emprego jovem, Margarida Balseiro Lopes não deixou de se dirigir a Rui Rio, jurando “lealdade” mas também, e a social-democrata sublinhou-o bem – “autonomia”. “Queremos uma JSD que incomode e não se esconda em silêncios inconvenientes. Queremos uma JSD de ação e não de reação. Queremos devolver a política aos jovens”, referiu.

Na sua moção global, “Conquistar Portugal”, Margarida Balseiro Lopes apresentou como prioridade “a modernização e digitalização” da escola, propondo a substituição dos manuais tradicionais por digitais. Margarida Balseiro Lopes propõe alterações em todos os graus de ensino, a começar pelo pré-escolar, que quer gratuito, para já, a partir dos dois anos, mas, idealmente, logo no final da licença parental. Para lá da educação, a nova presidente da JSD quer colocar na agenda política o tema do Rendimento Básico Incondicional (RBI). “Uma base de subsistência que permita a cada cidadão alcançar, com igualdade de oportunidades, o seu trabalho de sonho ou o projeto disruptivo que lhe tira noites de

sonho. Outros veem neste rendimento uma ferramenta que garante condições mínimas de sobrevivência, sem a burocracia inerente a qualquer prestação estatal”, expõe a moção da recém-eleita líder da JSD.

José Silvano: “Temos um líder que defenderá sempre o interesse nacional”

O secretário-geral do PSD destacou, na abertura do 25.º Congresso da JSD, que o PSD “não tem medo de desafios”. Reforçou ser necessário desenvolver “acordos de regime” em prol do desenvolvimento do País e denunciar “equivocos” instalados.

“Temos um líder disponível para fazer o difícil, aquilo que outros não têm a coragem de fazer”, disse, esta sexta-feira no 25.º Congresso Nacional da JSD, o Secretário-geral do PSD, referindo-se a Rui Rio que, segundo assinalou, “defenderá sempre o interesse nacional”. Por isso, defendeu que “é preciso afirmar aos militantes e ao País que temos um líder diferente, que não fala por falar”.

José Silvano recordou que aceitou o desafio lançado por Rui Rio com o objetivo de “ajudar o PSD e o seu líder a ganhar as próximas eleições Europeias, Regionais na Madeira e Legislativas”.

O secretário-geral lembrou a disponibilidade do PSD “para fazer acordos de regime necessários ao desenvolvimento e progresso” de Portugal. Contudo, “é preciso também denunciar os equivocos com que o Partido Socialista e o Governo querem enganar os portugueses”.

Ao referir que começou o seu percurso político na JSD, José Silvano disse estar certo de que “a JSD terá uma palavra decisiva nesta estratégia que o Dr. Rui Rio definiu: a necessidade de reaproximar as pessoas da atividade política e da participação cívica”.

“MÁ GESTÃO” DO GOVERNO AGRAVA CUIDADOS DE SAÚDE

O PSD está preocupado com o agravamento dos problemas da Saúde em Portugal. Rui Rio tem alertado o País para a falta de profissionais, a ausência de investimento em equipamentos e o agravamento das dívidas. Os cuidados de saúde estão a degradar-se de uma forma alarmante e Rui Rio exige soluções urgentes.

“Temos de olhar para a Saúde”, afirmou esta segunda-feira o presidente do PSD, depois de ter visitado o Centro Hospitalar de Coimbra (CHUC), mais concretamente os Hospitais da Universidade de Coimbra e a Maternidade Bissaya Barreto, dia 16. “Por isso, resolvi dedicar esta semana a inteirar-me dos problemas e a evidenciá-los para que o Governo possa, de uma forma mais rápida e capaz, eliminar os problemas que existem”, argumentou, acrescentando que as dificuldades se sentem em todo o lado.

Rui Rio referiu-se, por isso, à “grave carência de pessoal” e lembrou que “o Governo baixou as 40 horas [de trabalho semanais] para 35 horas”. “Na Saúde, isso é particularmente grave e origina graves carências ao nível da prestação de serviços por falta de profissionais (médicos; enfermeiros ou auxiliares)”, explicou.

O líder do PSD abordou “o agravamento das dívidas do Serviço Nacional de Saúde (SNS)”, acrescentando tratar-se de “dívida pública que, um dia, terá de ser paga”. Assinalou, também, que as “listas de espera têm vindo a agravar-se” e que prevalece “a falta de investimento em equipamentos, absolutamente, fundamentais para que possamos ter diagnósticos e tratamentos corretos”.

Quando questionado sobre a possibilidade de entendimentos no que respeita ao setor da Saúde, Rui Rio foi explícito: “Os acordos têm sempre que ver com questões de ordem estrutural e não com questões de governa-



ção”. Contudo, defendeu que se os partidos “quiserem conversar sobre alguma reforma de fundo no quadro do SNS, para isso estamos [PSD] disponíveis”. Quis, no entanto, assinalar que os problemas por si apontados resultam, “muitos deles, de má gestão”.

Para o presidente do PSD, importa pois “defender e melhorar a qualidade” do SNS, “uma das grandes conquistas que tivemos após o 25 de Abril”. Na visita a Coimbra,



Rui Rio quis destacar “serviços de qualidade”, dando o exemplo dos serviços de “Cardiologia ou o do professor Manuel Antunes [Serviço de Cirurgia Cardiorácica e Transplantação de Órgãos Torácicos]”.

A nova maternidade em Coimbra permitirá que “Portugal continue a ter uma taxa de mortalidade infantil muito, muito baixa, das melhores do Mundo”.

Ao final da tarde de segunda-feira, o líder do PSD recebeu, na sede nacional, a Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública.

Governo é insensível aos doentes em cuidados continuados

No segundo dia dedicado ao diagnóstico do setor da Saúde, Rui Rio recebeu esta terça-feira uma delegação da Associação Nacional dos Cuidados Continuados (ANCC), na sede nacional. O envelhecimento da popu-

lação é “um problema muito grave” e acaba por entroncar no funcionamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Rui Rio está seriamente preocupado com a falta de respostas para as unidades, organizações e profissionais que intervêm nesta área.

“Há situações mal classificadas, são pessoas a necessitar de cuidados paliativos e são enviadas como doentes de longa duração, mas não são ou não recebem os tratamentos de que precisam, para terem um fim de vida mais digno, ou recebem, e o que o Estado paga por isso é inferior ao que devia”, denuncia o líder do PSD. O encontro prolongou-se durante quase duas horas, porque, sublinhou Rui Rio, o Governo não tem sido “sensível quanto devia para esta matéria, os apoios são escassos e as instituições têm dívidas a fornecedores e salários em atraso”.

No final, o responsável da Associação, José Bourdain, acusou o Executivo de transformar as unidades de cuidados continuados em hospitais “low cost”.



“GRANDE MOBILIZAÇÃO” NA TOMADA DE POSSE DO PSD/PENAFIEL

Em Penafiel, o vice-presidente do PSD destacou que o aumento da competitividade da economia poderia passar pela redução de custos energéticos de empresas e famílias. Numa noite marcada por uma “grande mobilização”, reforçou que, para o PSD, o interesse nacional está em primeiro lugar, motivo pelo qual se iniciaram diálogos em prol do desenvolvimento do País

“Uma das formas de podermos aumentar a competitividade da nossa economia seria reduzindo os custos energéticos das empresas e das famílias”, referiu esta segunda-feira o vice-presidente do PSD, em Penafiel. “Por que é que este Governo colocou na gaveta o plano de ligações elétricas entre a Península Ibérica e França?”, perguntou, explicando tratar-se de “um processo que foi, em boa hora, desbravado pelo governo anterior, mas não tem tido continuidade”.

O social-democrata destacou que, se o País tivesse aproveitado essa oportunidade poderia “estar a escoar a energia produzida em Portugal a preços melhores e a receber energia a custos mais baixos”. Estaria, assim, em curso “uma redução considerável dos preços de energia que famílias e empresas estão a pagar”, salientou.

Ao marcar presença na tomada de posse dos dirigentes da Secção do PSD de Penafiel, Salvador Malheiro destacou que, apesar de o PSD concordar com a redu-

ção do défice, “não pode estar de acordo com o Programa de Estabilidade [apresentado pelo Governo na sexta-feira] quando sente que a economia do País está a perder competitividade”. E acrescentou: “não podemos estar satisfeitos quando constatamos que o País cresce a uma taxa inferior à média europeia”.

O vice-presidente do PSD reforçou que primeiro está o interesse nacional e sublinhou que esta nova forma de fazer política já se reflete na opinião pública. “Estamos apenas a 11 pontos do PS, quando em julho de 2017 estávamos a mais de 21 pontos percentuais”, disse para, logo, destacar: “Isto denota que estamos no caminho certo”. Defendeu, ainda, que este colocar “o interesse do País acima de tudo deve corresponder com atitudes no terreno”. Por isso, o PSD tem demonstrado disponibilidade para dialogar com o Governo e os outros partidos, a fim de que Portugal possa “ultrapassar alguns constrangimentos que assolam a sociedade”. Disso são exemplo os diálogos sobre fundos comunitários e descentralização.

De acordo com Salvador Malheiro, a tomada de posse em Penafiel contou “com uma grande mobilização”. Estiveram presentes mais de 300 militantes, numa iniciativa na qual esteve também a distrital do Porto, assim como concelhias vizinhas. O vice-presidente quis, por isso, deixar uma mensagem de “motivação” a todos os presentes.



Conselho Estratégico Nacional

SECÇÃO DA SAÚDE DE SETÚBAL JÁ ESTÁ A FUNCIONAR

A primeira Secção Temática Distrital do Conselho Estratégico Nacional já está a funcionar. Trata-se da Secção de Saúde do distrito de Setúbal, que irá intervir com ideias e soluções. Integra 19 especialistas credíveis, alguns jovens e outros mais experientes, em medicina, enfermagem, farmácia, radioterapia, fisioterapia, análises clínicas, psicologia e gerontologia.

A Secção Temática de Setúbal funcionará em articulação com o Conselho Estratégico Nacional na área da Saúde (cujo o coordenador é o antigo ministro da Saúde, Luís Filipe Pereira) e com a Comissão Política Distrital. Rui Rio felicitou a distrital de Setúbal do PSD, liderada pelo Bruno Vitorino, por ter constituído a primeira Secção Temática do Conselho Estratégico Nacional.

O Presidente assinala as vantagens do CEN, que segue um modelo de reflexão estrutural das grandes questões nacionais, mas em proximidade com as pessoas, e que concilia a experiência e a sabedoria com a ambição e a juventude. "Temos de melhorar a forma dos partidos funcionarem. O CEN é justamente uma tentativa de procurar que os partidos criem um novo espaço de militância", declarou o líder do PSD.

Na sessão de tomada de posse dos novos órgãos da Distrital do PSD/Setúbal, Rui Rio enalteceu o contributo desinteressado de todos aqueles que pretendem credibilizar o funcionamento da democracia. "Vejo uma sala e vejo tanta gente no Barreiro, isto é um bálsamo de força e vontade que todos dão. Tenho grande apreço por todas aquelas pessoas que militam nos partidos políticos, procuram, credibilizá-los e mostrar à sociedade que têm na construção da democracia", disse.

Perante uma sala repleta de militantes e simpatizantes social-democratas, no Barreiro, Rui Rio aponta Setúbal como um distrito que dá o sinal de partida na mobilização e preparação das próximas eleições autárquicas. "As eleições autárquicas não se ganham a 6 meses das eleições, nem tão pouco a um ano das eleições. Quem está no Partido tem a obrigação de ajudar a preparar as eleições autárquicas de 2021. São eleições muito importantes, porque são aquelas que nos dão a base de sustentação de um partido. Se queremos ganhar temos de perceber onde estão as fragilidades no distrito", referiu.

Composição da Secção Temática da Saúde do Distrito de Setúbal

Emanuel Boeiro - Enfermeiro
Adriana Martins - Técnica Radioterapia
Ana Teresa Xavier - Médica
Emanuel Esteves - Médico
Fátima Prior - Enfermeira
Joana Fernandes - Fisioterapeuta
João Paulo Pedrosa Pereira - Técnico de Análises Clínicas
Luis Gameiro - Assistente Técnico
Manuel Ratão - Médico
Maria do Céu Parreira - Enfermeira
Maria Georgete Oliveira - Reformada
Maria Madalena Fialho Mourata da Silva - Enfermeira
Paulo Jorge Cravidão da Veiga - Farmacêutico
Paulo Manuel Ferreira da Silva - Enfermeiro
Pedro Augusto Martins - Psicólogo
Pedro Miguel Alves da Mata - Enfermeiro
Ramiro António Ferreira - Clínico Geral
Sónia Raquel Mota Faria - Farmacêutica
Tânia Barreira - Gerontóloga

PSD APOIA “SEM AMBIGUIDADE” ATAQUE AÉREO À SÍRIA

O PSD manifestou apoio, “sem ambiguidade”, ao ataque a alvos associados à produção e armazenamento de armas químicas na Síria, mas defende “a maior prudência”, para evitar uma escalada de violência na região.

Num comunicado assinado por Tiago Moreira de Sá, presidente da Comissão de Relações Internacionais, o PSD reitera a solução dos aliados, Estados Unidos, Reino Unido e França, de atingir com “carácter punitivo” instalações militares ligadas ao programa de armas químicas do regime sírio. “Os bombardeamentos tiveram um carácter punitivo, destinando-se a demonstrar ao regime sírio que a violação sistemática do direito e das regras básicas da ordem internacional através do uso de armas químicas contra a população civil é inaceitável e não pode passar sem punição”, defende o PSD.

Tiago Moreira de Sá sublinha que é preciso “deixar claro que o uso de armas químicas é uma linha vermelha que não pode ser ultrapassada sem uma resposta que dissuada o Estado infrator de repetir esse tipo de prática”.

O PSD condena “veementemente os ataques químicos contra civis”, já que “o uso de armas químicas representa mais uma inaceitável violação do direito internacional pelo regime sírio”. Tiago Moreira de Sá considera que a “posição de que o conflito sírio só terá uma solução política” e “esta solução política só podia ser desencadeada por uma ação assertiva e determinada de Estados que, como Portugal, respeitam as normas, regras, leis e instituições da ordem internacional”.

Os EUA, a França e o Reino Unido realizaram no sábado de madrugada uma série de ataques com mísseis contra três alvos na Síria, em resposta a um alegado ataque com armas químicas na cidade rebelde de Douma, em Ghouta Oriental, nos arredores de Damasco, que terá provocado 40 mortos e afetado 500 pessoas. A ofensiva consistiu em três ataques, com uma centena de mísseis, contra instalações utilizadas para produzir e armazenar armas químicas, informou o Pentágono.

Em declarações após o 25.º Congresso da JSD, Rui Rio apelou ser necessário “evitar uma escalada de violência” no conflito com a Síria. “A intervenção [o ataque com mísseis, por parte dos EUA, França e Reino Unido] teve a sua justa medida, foi equilibrada. O que é preciso agora é evitar uma escalada de violência, mas o que a Síria fez [ataque com armas químicas contra populações indefesas] não podia ficar sem resposta”, afirmou.

Comunicado – ataque à Síria

«Os Estados Unidos, o Reino Unido e a França levaram a cabo um ataque cirúrgico e direcionado a instalações de fabrico e armazenamento de armas químicas da Síria.

Os bombardeamentos tiveram um carácter punitivo, destinando-se a demonstrar ao regime sírio que a violação sistemática do direito e das regras básicas da ordem internacional através do uso de armas químicas contra a população civil é inaceitável e não pode passar sem punição.

Na terça-feira, as Nações Unidas tentaram passar uma resolução que visava criar um mecanismo de investigação independente, mas esta foi vetada pela Rússia, não deixando alternativa senão repor a legalidade através de uma ação de força.

Ainda que seja aconselhável a maior prudência para evitar uma escalada de violência na região, o PSD apoia sem ambiguidade a iniciativa dos seus aliados, que vai no sentido de deixar claro que o uso de armas químicas é uma linha vermelha que não pode ser ultrapassada sem uma resposta que dissuada o Estado infrator de repetir esse tipo de prática.

Assim:

- Condenamos veementemente os ataques químicos contra civis;
- Afirmamos que o uso de armas químicas representa mais uma inaceitável violação do direito internacional pelo regime sírio;
- Afirmamos a posição de que o conflito sírio só terá uma solução política;
- Entendemos que esta solução política só podia ser desencadeada por uma ação assertiva e determinada de Estados que, como Portugal, respeitam as normas, regras, leis e instituições da ordem internacional.

TIAGO MOREIRA DE SÁ

Presidente da Comissão de Relações Internacionais»





OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE VISA AJUDAR A GARANTIR A SEGURANÇA DAS POPULAÇÕES

O PSD apresentou um projeto de lei que defende “a criação de um Observatório Técnico Independente formado por personalidades que produziram relatórios da maior importância para a compreensão dos incêndios do verão passado”, explica o líder parlamentar Fernando Negrão. Esta iniciativa social-democrata tem como missão acompanhar “o que se passa no terreno” no que respeita a prevenção e combate.

Fernando Negrão refere, por isso, que “é fundamental” que o projeto de lei seja aprovado “para que se constitua mais um instrumento” que permita dar uma resposta efetiva aos incêndios. Tal como, recentemente, alertou o Presidente do PSD, “é importante apurar o que aconteceu para emendarmos e não repetirmos”.

O Observatório Técnico Independente foi apresentado, dia 13, em plenário, como “um passo instrumental muito útil” a Portugal. Contribuir para a segurança das populações é o objetivo que move o PSD que, de acordo com Carlos Peixoto, “está disponível para dar o seu contributo” “Este é o quarto debate sobre incêndios que fazemos”, assinalou o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Carlos Peixoto para, logo, garantir que o partido tudo fará “para assegurar” que em 2018 as populações estejam “muito mais seguras do que estiveram em 2017”.

O deputado desafiou o Governo a ser “mais expedito, veloz, eficaz e responsável”. E garantiu que “o PSD está disponível para dar o seu contributo”, algo patente nos dois projetos de resolução e no projeto de lei apresentados esta sexta-feira em plenário.

O vice-presidente da bancada social-democrata explicou que o Observatório Técnico Independente proposto tem três missões: “avaliar a origem dos incêndios, dando respostas no plano preventivo e fazendo recomendações para o futuro”; “avaliar e analisar a atuação de todas as entidades de Proteção Civil e do dispositivo de combate aos incêndios, dos sistemas de comunicação e dos serviços públicos relevantes”; “acompanhar o impacto de medidas públicas que forem sendo implementadas”. Ao defini-lo com um “passo instrumental muito útil para minimizar os problemas que o País enfrenta”, deixou um repto aos vários partidos.

SAÚDE

MÁRIO CENTENO “DEVE UM PEDIDO DE DESCULPAS AO PAÍS”



No dia em que o líder do PSD anunciou que a próxima semana será dedicada à Saúde, deputados lançaram um alerta para o impacto da (não) atuação do ministro das Finanças. De acordo com Ricardo Baptista Leite, Mário Centeno estará a “colocar o défice acima do SNS” e a encapotar a sua incapacidade de intervenção com grupos de trabalho.

Em audição ao ministro das Finanças, o deputado Ricardo Baptista Leite assinalou que não se recorda, enquanto médico, “de um desgaste tão grande entre os profissionais, de uma degradação tão progressiva dos serviços”. Referindo-se, concretamente, às informações avançadas sobre o atendimento no Hospital de S. João, disse que Mário Centeno “deve um pedido de desculpas ao País”.

Numa audição em que diversos deputados do PSD alertaram para situações prementes que afetam os portugueses de norte a sul, Ricardo Baptista Leite reforçou que as decisões em Saúde estão a ser tomadas por Mário Centeno. Por isso, argumentou: “o Ministério da Saúde é uma mera direção-geral do Ministério das Finanças”. Assinalando que, apesar do crescimento registado no País, nunca se gastou “tão pouco nos últimos 20 anos”, denunciou: “as consequências desta discriminação negativa sentem-se na vida das pessoas”.

Ao lembrar declarações do ministro ao “Financial Times”, Ricardo Baptista Leite acusou-o de ter iniciado “uma agenda pessoal com objetivos muito claros mais em Bruxelas do que em Lisboa”. Segundo apontou, Portugal é “dos países que menos gasta em Saúde”, o que o levou a referir que o ministro das Finanças “prefere reduzir artificialmente o défice à conta dos portugueses”. E insistiu: “há aqui uma vontade de colocar o défice acima do SNS”.

De acordo com o deputado, a estratégia do Governo parece estar somente centrada na criação de grupos de trabalho. Acusou, assim, o Executivo de, no que diz respeito por exemplo à incapacidade demonstrada em controlar dívidas, ter criado “mais um grupo para colocar um penso rápido num sistema que precisa de cuidados intensivos”.

Manifestando preocupação perante o estado da Saúde, Ricardo Baptista Leite foi claro no desafio lançado a Mário Centeno. “O senhor tem de atuar”, disse para, logo, destacar: “temos de saber onde é que está a má gestão. É do primeiro-ministro? Deve-se demitir o Governo? É do ministro das Finanças e do ministro da Saúde? Vão-se demitir os dois em bloco? É dos presidentes dos conselhos de administração? É dos diretores de serviço?” Acabou, assim, por denunciar que “não há capacidade de intervenção e de ação do Governo”.



PSD/PORTO EXIGE DATA

CONCRETA PARA OBRAS NA

ALA PEDIÁTRICA DO S. JOÃO

O PSD/Porto exigiu ao Governo “uma data concreta” para o avanço da obra no hospital pediátrico do Centro Hospitalar de São João (CHSJ). Em comunicado a concelhia social-democrata do Porto considera que “os anúncios públicos deste Governo têm-se sucedido sem que a questão sofra qualquer evolução concreta”.

O PSD sublinha que “as questões que impactam diretamente no bem-estar das populações devem estar acima das disputas partidárias”, razão pela qual, e conforme se lê na nota dos sociais-democratas, esta concelhia reforça um “apelo para que o presidente da câmara Rui Moreira quebre o seu silêncio sobre este tema”.

“O PSD do Porto e os seus autarcas estão e estarão sempre disponíveis para colocar os interesses da cidade e da região em primeiro lugar. Exemplo recente disso foi o voto favorável na moção relativa aos apoios da Direção Geral das Artes apresentada na reunião de executivo municipal do passado dia 04 de abril”, lê-se no comunicado.

Esta nota surge numa semana em que foram noticiadas queixas de pais de crianças com doenças oncológicas sobre a falta de condições de atendimento dos seus filhos em ambulatório e também na unidade do “Joãozinho2, para onde as crianças são encaminhadas quando têm de ser internadas no CHSJ, concelho do Porto. O presidente do Hospital de São João afirmou mesmo que as condições do atendimento pediátrico são “indignas” e “miseráveis”, lamentando que a verba para a construção da nova unidade ainda não tenha sido desbloqueada.

Também o grupo parlamentar do PSD pediu ao ministro da Saúde que explique se os 22 milhões de euros destinados a obras para a ala pediátrica do S. João, no Porto, foram transferidos para esta unidade hospitalar. Numa iniciativa entregue na Assembleia da República, 10 deputados querem saber o dia em que foi efetuada a transferência e requereram “o respetivo comprovativo bancário”.

Câmara do Porto desrespeita a lei no processo de obra na Foz Velha

A concelhia do PSD/Porto afirma que a Câmara do Porto “não está acima da lei”, criticando “o desrespeito contínuo” da autarquia pela decisão judicial e por quem se pronunciou contra o projeto urbanístico em Montebelo, na Foz Velha.

Em comunicado com o título “Câmara do Porto não está acima da lei”, a concelhia do PSD “insurge-se contra o desrespeito contínuo desta Câmara Municipal, pelas autoridades que se pronunciaram contra o projeto ou a favor da sua suspensão e, particularmente, o desrespeito pela decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, que estipula que as obras não podem prosseguir, numa atitude que não é digna de pessoa de bem”.

O PSD “estranha o alinhamento constante, desta Câmara Municipal, com interesses particulares, quando a posição prudente seria a de pelo menos suspender a obra até clarificação total da situação em sede judicial” e afirma que “esta visão do presidente Rui Moreira de ‘cidade densa’ está longe de contribuir para a qualidade de vida dos portuenses, motivo pelo qual o PSD reitera a sua oposição ao projeto em construção e à sua autorização de uso para serviços”.

O PSD recorda ainda que, a Assembleia de Freguesia de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, pronunciou-se por unanimidade contra esse projeto” e que essa moção, aprovada a 22 de junho de 2017, “estipula expressamente ‘rejeitar a referida edificação projetada para a rua de Montebelo e Travessa da Alegria [...] por não reunir condições para se concretizar e por constituir uma ameaça de descaracterização ao conjunto de interesse público ‘Foz Velha’, nomeada e expressamente atenta a dimensão construtiva, cêrcea e utilização para serviços”.

Os sociais-democratas afirmam que, após o despacho judicial para suspensão da empreitada, “espantosamente, a CMP continuou a nada fazer, obrigando o tribunal a emanar novo despacho ontem (quinta-feira), em que clarifica que a Câmara do Porto, o Ministério da Cultura e o dono da obra têm que dar ‘imediato e urgente cumprimento’ à lei”.

“A Foz Velha constitui um conjunto arquitetónico e social único, que expressa, como se lê na portaria 323/2013 de 3 de junho [que classifica a zona como conjunto de interesse público], ‘o seu percurso histórico, desde o núcleo piscatório de matriz medieval até ao moderno espaço de prestígio burguês’”, escreve o PSD.

Para o PSD/Porto, o projeto em causa “que não permite uma integração natural da novidade na realidade existente” e a sua dimensão, “com mais de 6.000 metros quadrados, aliada à passagem em 2016 da construção autorizada de edifício habitacional para edifício de serviços, vem pressionar fortemente as estruturas viárias e a tranquilidade da área, perturbando decisivamente a qualidade de vida da população em redor e as características históricas e sociais da zona”.

PSD/GAIA QUER CONHECER ENCARGOS DA NOVA PONTE SOBRE O DOURO

O PSD de Vila Nova de Gaia quer saber os pormenores, nomeadamente “os verdadeiros encargos da obra” e “soluções de acesso”, sobre a nova travessia sobre o rio Douro, anunciada na quinta-feira.

“Aplaudimos o lançamento desta ideia e a abertura de diálogo na construção das cidades de Gaia e Porto, mas não podemos deixar de constatar um posicionamento demagógico e superficial no tratamento de assunto tão delicado e impactante para o futuro da região”, afirmou o vereador social-democrata, José Cancela Moura.

Em causa está o projeto da ponte apresentado pelos presidentes das câmaras de Gaia e do Porto, cuja estimativa de custo é de 12 milhões de euros a serem pagos em partes iguais pelas duas autarquias.

O PSD de Gaia, numa intervenção antes do período da ordem do dia da reunião de câmara, exigiu pormenores: “Quais são verdadeiramente os encargos desta obra? Que arruamentos estão serão envolvidos? Que estudos económico-financeiros foram realizados? Qual será o impacto ambiental dali resultante?”, foram algumas das perguntas.

“No caso de Gaia, a ligação é feita em infraestruturas sem capacidade de escoamento e ainda sem continuidade, como a marginal do Areinho e, mais grave ainda, com a ligação à rua do Areinho, como forma de acesso à cota alta da zona da freguesia de Oliveira do Douro, o que leva a questionar qual o verdadeiro encargo global da obra do lado de Gaia, pelas inúmeras requalificações que terão de existir ou mesmo novos arruamentos que terão de ser realizados”, critica José Cancela Moura.



Para o também presidente do PSD/Gaia, não convence também a ideia de que a nova ponte irá escoar trânsito da atual ponte D. Luís. “A nova travessia não representará qualquer tipo de alternativa para o tabuleiro inferior da ponte D. Luís, pois incide em espaços absolutamente distintos e servirá unicamente para dispersar algum do

tráfego rodoviário entre as duas cidades, potenciando a especulação imobiliária”, explicou José Cancela Moura.

No caso de Vila Nova de Gaia, assinala o vereador PSD, “a ligação assentará numa zona onde as acessibilidades são deficitárias e sem uma perspetiva de conexão eficaz à rede viária principal”.

2.925 RESIDENTES EM MATOSINHOS ESTÃO

SEM MÉDICO DE FAMÍLIA



O PSD/Matosinhos revela que há 2.925 residentes no concelho sem médico de família. O PSD pede aos deputados para “levantarem a voz” e exigirem a regularização urgente desta “grave situação”.

A Concelhia do PSD pediu igualmente uma reunião urgente aos responsáveis da Unidade Local de Saúde (ULS) de Matosinhos e à Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte, referiu o presidente da Secção, Bruno Pereira, em comunicado.

“Esta situação arrasta-se no tempo sem se vislumbrar solução, para desespero de cerca de 3.000 matosinhenses e dos seus familiares”, frisou.

Bruno Pereira vincou que são os próprios profissionais que denunciam estas falhas, desde a falta de médicos à ausência de consultas para doentes diabéticos, hipertensos e de planeamento ou vigilância de grávidas e recém-nascidos.

Sublinhando que a situação é “grave”, por colocar em causa o direito à saúde, o presidente do PSD de Matosinhos criticou o “silêncio ensurdecedor” da câmara local.

“A Câmara de Matosinhos assobia para o lado como se o problema não existisse, parecendo não querer saber do sofrimento e das dificuldades a que 2.925 matosinhenses estão condenados”, considerou.

Apenas 300 utentes estão sem médico atribuído por opção própria.



GOVERNO DA REPÚBLICA FOGE DAS RESPONSABILIDADES COM A MADEIRA

À margem de uma visita a obras concluídas no talude do Massapez, Porto da Cruz, Machico, Miguel Albuquerque lembra que há dois anos que os compromissos do Governo da República para com a Madeira “não são cumpridos”. E tratam-se de questões muito simples, como o novo hospital, a redução da taxa de juro, que está a ser paga a preços exuberantes ao Estado, da mobilidade dos cidadãos da Madeira e do Porto Santo, dentro do princípio da continuidade territorial, das dívidas dos subsistemas de saúde, assim como as dívidas fiscais.

“E estas questões não são resolvidas porque o primeiro-ministro e o atual Governo não as quer resolver”, disse, destacando que as razões prendem-se com o facto de

estar a ser feita uma gestão numa lógica de agenda partidária.

Quanto a 2019, afirmou que cabe aos madeirenses decidir “se querem ser governados por representantes legítimos do povo da Madeira ou querem ser representados por pessoas que vão obedecer e ser condicionadas pelo poder central de Lisboa”.

Miguel Albuquerque considera ainda “patético” que o presidente de Câmara do Funchal vá a Lisboa para tentar resolver questões de âmbito regional, classificando esta atitude como “um número de circo”. “Como é que um presidente de Câmara vai resolver problemas de

âmbito regional? Isto é patético”, afirmou, acusando o Governo da República de estar “a agir em função da agenda partidária eleitoral”. “Agora, ouvi dizer que há uns novos números de circo. Portando, no âmbito do exercício de cinismo e de hipocrisia habitual, vamos ter um novo número de circo em que vai ter contorcionistas, malabaristas, engolidores de sapos e, possivelmente, palhaços”.

Uma coisa é certa, garante Miguel Albuquerque, “é que os madeirenses e porto-santenses não vão ser palhaços nesta história” porque sabem exatamente aquele que tem sido o trabalho do Governo Regional na defesa dos seus interesses.

OBRAS MAL PROJETADAS NO PORTO CONDICIONAM ECONOMIA DA HORTA

Os deputados do PSD/Açores eleitos pelo Faial lamentam que as obras “mal feitas” na ilha estejam a “condicionar as potencialidades da economia do mar”, dando como exemplo o novo cais de passageiros do porto da Horta.

“Bem pode o PS prometer a aposta na economia do mar na ilha do Faial quando, na verdade, isso não passa de discursos proclamatórios, pois a prática governativa contraria tudo isso com decisões erradas que comprometem algumas vertentes dessa aposta, com a construção de infraestruturas que já nascem atrofiadas”, denunciaram os deputados Carlos Ferreira e Luís García, em requerimento entregue no parlamento regional.

Os parlamentares sociais-democratas deram como exemplo o novo cais de passageiros da Horta, que apenas recebeu metade das escalas de navios de cruzeiro que estavam programadas desde o início do ano, devido às dificuldades de operacionalidade no interior do porto.

“Nos últimos tempos e, sobretudo, após a construção de um cais a norte da baía, o que mais se ouve, lamentavelmente, são problemas de operacionalidade no porto do Horta e até cancelamentos de escalas de navios de cruzeiro”, sublinharam.

Para os deputados do PSD/Açores eleitos pelo Faial, os diversos cancelamentos de escalas de navios de cruzeiro “têm causado danos evidentes na vertente turística e na economia local, prejudicando seriamente os interesses e expectativas criadas com a escala de navios de cruzeiro de maior dimensão no Porto da Horta, sobretudo após um investimento de mais de 40 milhões de euros na construção de um novo cais”.

“A cada dia que passa vai-se comprovando que o novo cais nasceu atrofiado e que não tem as condições necessárias para uma das valências para que foi inicialmente projetado: a de receção de grandes navios de cruzeiro”, lamentaram os deputados.

POVOLIVRE

Director: Nuno Freitas

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt



20 ANOS

"a democracia é mais difícil no nosso país, saído de cinquenta anos de regime ditatorial e com dificuldades económicas e sociais crescentes. E essas dificuldades mais nos responsabilizam."



Durão Barroso na Nazaré

Isabel Damasceno,
Presidente da Câmara
Municipal de Leiria



A segurança
e tranquilidade
das populações
transformou-se
em perigoso caos

página 7

portugalestaprimeiro.net

A "nova maioria" deixa-nos um Portugal velho e atrasado

Gabinete de
Estudos Nacional
apresenta página
na Internet

páginas 4, 5 e 6

página 8



Durão Barroso em Belém
Governo não tem solução
para o País

página 8



Presidente do PSD em Encontro sobre segurança
Isto está pior do que nunca!

página 8

Edição n.º 1222 do "Povo Livre" | de 4 a 11 de setembro de 2000

"A nova maioria deixa-nos um Portugal velho e atrasado". A Nazaré foi o palco escolhido pelo PSD para realizar a sua habitual festa de verão que marca, oficialmente, o início da atividade política. Durão Barroso voltou a denunciar o estado calamitoso em que os socialistas colocaram o País e reafirmou que o PSD é a única alternativa existente.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEPÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do distrito de Coimbra, dotados de capacidade eleitoral activa, para a eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no próximo **dia 25 de Maio de 2018 (sexta-feira)**, pelas 17h00, em todas as Secções, com a seguinte Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição dos Órgãos Distritais

- Mesa da Assembleia Distrital
- Comissão Política Permanente Distrital
- Conselho de Jurisdição Distrital
- Comissão Distrital de Auditoria Financeira
- Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Notas

- As listas candidatas aos Órgãos Distritais a eleger directamente deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede distrital, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As listas de candidatura a Delegados de Secção à Assembleia Distrital deverão ser entregues, nas sedes respectivas, aos Presidentes das Assembleias de Secção, ou a quem estatutariamente os possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

Local de votação

- Arganil** – Largo Padre Manuel Vasconcelos - sede
Cantanhede – Praça Marquês de Marialva, Edifício Rossio 2º - sala 11 - sede
Coimbra – Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16 - sede
Condeixa-a-Nova – Urb. Nova Coninbriga, Lt B19 r/c – Condeixa-a-Velha
Figueira da Foz – Rua da Liberdade, nº 6 - sede
Góis – Rua Irmãos Bandeira, nº 3 - sede
Lousã – Rua Dr. Pires de Carvalho, s/n – sede
Mira – Av. 25 de Abril, Galerias de Mira - sede
Miranda do Corvo – Rua Belisário Pimenta – sede
Montemor – o Velho – Rua Dr. José Galvão, 106 - sede
Oliveira do Hospital – Rua António Canastrinha, nº 1-B - sede
Pampilhosa da Serra – Estrada dos Lobatos, s/n sede
Penacova – Edifício Penedo Raso, r/c - sede
Penela – Rua do Sol, nº 20
Soure – Rua Morais Pinto, nº 6 – 2º andar
Tábua – Rua Dr. Castanheira Figueiredo - sede
Vila Nova de Poiares – Av. Manuel Carvalho Coelho - sede

- As urnas estão abertas das 17h00 às 23h00

SECÇÕES

ALIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alijó, para reunir, no próximo dia 27 de Maio de 2018, (domingo), pelas 15h00 na sede, sita na Rua da Costinha, nº 2 E, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos órgãos de Secção - Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, A sede estará aberta para o efeito das 22h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 18h00.

ELVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Elvas, para reunir, no próximo dia 04 de Maio de 2018, (sexta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua da Feira, 30 - A, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- Informações
- Análise da política nacional
- Análise política local
- Outros assuntos de interesse

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 18 de Maio de 2018, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Praça 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- Informações;
- Análise da situação política

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Olhão, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 25 de Abril de 2018, (quarta-feira) pelas 16h30, na sede, sita na Av. Dr.º Francisco Sá Carneiro, 23-r/c dt.º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- Informações;
- Análise da situação política local, regional e nacional;
- Outros Assuntos

PENAMACOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penamacor, para reunir no próximo dia 25 de Abril de 2018 (quarta-feira), pelas 19h00, na sede, sita na Rua 25 de Abril nº 66, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- Informações
- Análise da situação política.

RIO DE JANEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Rio de Janeiro, para reunir, no próximo dia 09 de Junho de 2018, (sábado), pelas 15h00 na Av. Melo Matos, 15 a 19 – Tijuca – Rio de Janeiro - RJ, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou quem estatutariamente o possa substituir, na Av. Melo Matos 15 a 19 – Tijuca – Rio de Janeiro- RJ até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 21h00.

RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Rio Maior, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Abril de 2018, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Av. Paulo VI – 43 – 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- Análise da situação política
- Outros assuntos de interesse

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viana do Castelo para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 20 de Abril de 2018 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua Coronel Afonso do Paço, nº 46, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- Informações
- Apreciação e votação das contas relativas ao ano de 2017 da CPS de Viana do castelo
- Análise da situação política

NÚCLEOS

QUARTEIRA / NÚCLEO

Alteração de data

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Quarteira para reunir no próximo dia 02 de Maio de 2018 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua D. João V, CC Miravila, Lj. 4, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- Análise da situação político-partidária
- Outros assuntos



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD ÁGUEDA, para reunir no dia 19 de maio de 2018, na sede concelhia, sita na Rua Joaquim Francisco Oliveira, entre as 15h00 e as 19h00, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Águeda.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem o substitua, até às 23:59

CONVOCATÓRIAS

horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A consulta do caderno eleitoral, assim como qualquer reclamação do mesmo, deverá ser solicitada junto do Presidente da Mesa e ocorrer até ao quinto dia anterior ao ato eleitoral. As urnas, no dia 19 de maio de 2018, estarão abertas entre 15h00 e as 19h00.

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoca-se Plenário Eleitoral da JSD Palmela a reunir no próximo dia 26 de Maio de 2018, pelas 15:00H na sede concelhia do PSD Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 23, 1ºESQ, 2900-107 Setúbal, com ponto único na ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de secção.

Nota:

As listas devem ser apresentadas até às 23:59H do terceiro dia anterior ao da realização do Plenário, ao Presidente da Mesa Distrital ou a quem o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na sede do PSD de Setúbal.

As urnas estarão abertas entre as 15:00H e as 17:00H.

PORTO

Ao abrigo do Artigo 70º dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se plenário extraordinário da Concelhia do Porto, para o dia 3 de Maio de 2018, pelas 21h30 na Sede da JSD e do PSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, nº 63, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Outros assuntos.

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da JSD de Santo Tirso para reunirem no dia 19 de Maio de 2018, pelas 15 horas, na sede do PSD de Santo Tirso sita no Largo Coronel Baptista Coelho nº21, 4780-370 Santo Tirso, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário Concelhio.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 15.00 horas e as 17.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da

Mesa do Conselho Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoca-se Plenário Eleitoral da JSD Setúbal a reunir no próximo dia 26 de Maio de 2018, pelas 15:00H na sede concelhia do PSD Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas nº 23 1ºESQ 2900-107 Setúbal, com ponto único na ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Concelhia e da Mesa do Plenário.

Nota:

As listas devem ser apresentadas até às 23:59H do terceiro dia anterior ao da realização do Plenário, ao Presidente da Mesa Distrital ou a quem o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na sede do PSD de Setúbal.

As urnas estarão abertas entre as 15:00H e as 17:00H.



ORGÃOS NACIONAIS ELEITOS XXV CONGRESSO NACIONAL DA JSD

MESA DO CONGRESSO

Presidente	171627	Mafalda Ascensão Cambeta	Vice-Presidente	212289	João Louro
Vice-Presidente	211857	Flávio da Silva Soares	Vice-Presidente	164224	Guilherme C Vasconcelos
Vice-Presidente	219276	Miguel Pereira	Vice-Presidente	211758	Diogo Heitor Cúmano
Secretário	194856	Luis Carlos Lopes Carvalho	Secretário-Geral	192097	Sofia Helena Matos
Secretário	192448	Ângela Manuel Marques Caeiro	Vogal	207704	Hugo Ferrinho Lopes
			Vogal	196828	Andreia Filipa Bernardo
			Vogal	200141	Jorge André Soares Barbosa
			Vogal	171429	João Orlando Alcaide
			Vogal	163185	Ruben David da Silva Pinto
			Vogal	212306	Filipe Frade Brígida
			Vogal	207643	Cristiana Santos
			Vogal	220939	Gonçalo Perdigão
			Vogal	209143	Diogo Direito Fagundes
			Vogal	224973	Eduardo Fernandes

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Presidente	166472	Margarida Balseiro Lopes
Vice-Presidente	186374	Joaquim José Silva Gonçalves
Vice-Presidente	207488	Alexandre Damasceno Poço

CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Presidente	208688	José Miguel A M Vitorino	1	Lista A
Membro	204527	André Filipe Morais	2	Lista J
Membro	210931	Ana Isabel Lopes	3	Lista A
Membro	173044	Helder Ferreira	4	Lista J
Membro	232372	João Leão	5	Lista A
Membro	232139	Daniela Oliveira	6	Lista J
Membro	233053	Sara Chiolas Mesquita	7	Lista A
Membro	238680	Vitor Alves Heleno	8	Lista A

COMISSÃO ELEITORAL INDEPENDENTE

Presidente	192007	João Luís Dias S Ferreira	1	Lista A
Membro	207796	Cristiano Pinheiro	2	Lista J
Membro	172871	Tiago André Lopes Lima	3	Lista A
Membro	204655	João Diogo Veiga	4	Lista J
Membro	159766	Carla Patrícia G Nazareth	5	Lista A

CONSELHO NACIONAL

Membro Eleito	227417	Bruno Miguel Melim	1	Lista A
Membro Eleito	192305	Emília Graça Neto Cerdeira	2	Lista J
Membro Eleito	192711	Maria Castro	3	Lista A
Membro Eleito	204674	Rosina Pereira	4	Lista J
Membro Eleito	211403	João Pedro R. Barroso	5	Lista A
Membro Eleito	212090	Vasco Teles Touguinha	6	Lista A
Membro Eleito	183444	Rui Constantino	7	Lista J
Membro Eleito	211847	André A. Carlos Soares	8	Lista A
Membro Eleito	195409	Ruben Ferreira	9	Lista J
Membro Eleito	173175	Ricardo Venâncio	10	Lista A
Membro Eleito	219665	Luis Miguel Soares	11	Lista J
Membro Eleito	210714	Luis Alcaide Antunes	12	Lista A
Membro Eleito	232265	Daniela Dias José	13	Lista A
Membro Eleito	110306198	Eva Pinho	14	Lista J
Membro Eleito	212284	Andreia Sousa	15	Lista A
Membro Eleito	184746	Gonçalo Simões	16	Lista J

Membro Eleito	195914	Paulo Tiago R. Santos	17	Lista A
Membro Eleito	214433	João Moniz Rebelo	18	Lista J
Membro Eleito	197378	José David Vaz	19	Lista A
Membro Eleito	235107	Rui Magalhães	20	Lista A
Membro Eleito	205713	Gonçalo Bento	21	Lista J
Membro Eleito	111006088	Vasco Garcia	22	Lista A
Membro Eleito	176132	Luis Paulo Ramos Freitas	23	Lista J
Membro Eleito	215166	Ana Margarida Macieira	24	Lista A
Membro Eleito	229239	Leandro Amorim Pereira	25	Lista J
Membro Eleito	207444	Sofia Mesquita	26	Lista A
Membro Eleito	210600408	Édi Gomes	27	Lista A
Membro Eleito	193273	Maurício Ornelas	28	Lista J
Membro Eleito	167980	Tiago Filipe Santos	29	Lista A
Membro Eleito	189037	Afonso Leitão	30	Lista J
Membro Eleito	224615	Rodrigo M. N. M. Camacho	31	Lista A
Membro Eleito	180908	Paulo Miler	32	Lista J
Membro Eleito	238649	Joana Carreiras Silva Carona	33	Lista A
Membro Eleito	202038	Vitória Carolina Sousa Silva	34	Lista A
Membro Eleito	239408	Alex N. Morais Ramos	35	Lista J
Membro Eleito	200994	Susana Perdigão Ferreira	36	Lista A
Membro Eleito	239396	Inês Sofia Neves Jacinto	37	Lista J
Membro Eleito	203892	Fábio Costa Bernardino	38	Lista A
Membro Eleito	207579	Armindo B. de Carvalho	39	Lista J
Membro Eleito	206626	Pedro Marques Rodrigues	40	Lista A
Membro Eleito	222995	Ignácio Prieto	41	Lista A
Membro Eleito	207071	Tiago Póvoa Pinto dos Reis	42	Lista J
Membro Eleito	230481	Mário Jorge Malheiro Paula	43	Lista A
Membro Eleito	189907	Carlos T Barreirinhas Paula	44	Lista J
Membro Eleito	237872	Nuno Cabaço	45	Lista A
Membro Eleito	167450	Ricardo J Proença Gonçalves	46	Lista J
Membro Eleito	223320	Tiago José Lucas	47	Lista A
Membro Eleito	213895	André Filipe Santos Saraiva	48	Lista A
Membro Eleito	223959	Ricardo Rolim Pãozinho	49	Lista J
Membro Eleito	203970	Inês Marinho Batista	50	Lista A
Membro Eleito	217624	Jorge Miguel Teixeira	51	Lista J
Membro Eleito	198292	Ana Cavaleiro	52	Lista A
Membro Eleito	237239	Pedro Jorge F R Arraiol	53	Lista J
Membro Eleito	220890	Rodrigo Pardal	54	Lista A
Membro Eleito	202208	José Augusto Aguiar Pereira	55	Lista A

SESSÃO COMEMORATIVA

44 anos da fundação do PSD

12 de maio . 12h00

Teatro Pax Julia
BEJA

44 anos
PSD

CONVITE
DEBATE
O ESTADO DA SAÚDE NO CONCELHO DE LEIRIA



sexta feira
20/04/2018
21h00
Local: Hotel Eurosol

Oradores | **Carlos Cortes**
Presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos
João Morais
Presidente do Conselho Fiscal da Secção Regional Centro da Ordem dos Enfermeiros

Moderador | **Álvaro Madureira**
Presidente da CPS do PSD de Leiria

ENTRADA LIVRE
Organização: PSD e JSD de Leiria



Otilia Pedro